

O Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança de Ponta Delgada no período romântico (1832-1910)

Hélio Nuno Santos Soares

Resumo

A vida por detrás das grades da clausura tinha dinâmicas internas. O Mosteiro da Esperança de Ponta Delgada foi uma das exceções no processo de desamortização das ordens religiosas femininas em Portugal, porque conseguiu manter uma vida religiosa pujante, através do ingresso de fâmulas e educandas; realizar um contínuo processo de atualização estética de novas obras de arte para o edifício do Mosteiro, especialmente para o coro alto e Igreja de Nossa Senhora da Esperança, e conservar a vida comunitária após a extinção da comunidade religiosa das Clarissas. O motivo do Mosteiro ter estas especificidades é indissociável da manutenção do culto à Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres, elemento idiossincrático da cultura e identidade do povo micalense.

Palavras chave: mosteiro, clarissas, património

Introdução

O Romantismo designa uma tendência geral da vida e da arte. Por vezes apresentado em oposição ao Neoclassicismo, por ser uma reação à excessiva racionalidade clássica, negando os princípios de harmonia, ordem e proporção, caracterizando-se pelo sonho, pelo devaneio, por uma atitude emotiva, subjetiva, diante das coisas. Todavia, ambos se completam e revelam ser as duas fases de um mesmo objeto. A Igreja Católica não foi imune à produção artística neste período, vagueando entre uma produção original e o revivalismo de diversa ordem.

O objetivo deste artigo, resultante da comunicação apresentada no 2.º colóquio “Saudade Perpétua”, é contribuir para a divulgação e conhecimento do património existente no antigo Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança de Ponta Delgada¹. O património existe porque houve uma comunidade humana, neste caso, uma comunidade religiosa feminina de vida em clausura. Farei uma curta abordagem à vivência da vida monacal durante o período em estudo no Mosteiro da Esperança, apresentando o impacto das decisões políticas na vida desta comunidade religiosa, mas também a sua capacidade de adaptação à nova realidade social e política da época e de fazer novas encomendas artísticas ou intervencionar as existentes.

A vida por detrás das grades da clausura tinha dinâmicas internas. O Mosteiro da Esperança foi uma das exceções no processo de desamortização das ordens religiosas femininas em Portugal². O Mosteiro conseguiu manter a vida religiosa, através do ingresso de fâmulas e educandas; realizar um contínuo processo de atualização estética e encomenda artística, sobretudo para o coro alto, igreja de Nossa Senhora da Esperança e capela do Senhor Santo Cristo dos Milagres, mantendo o desafio de perpetuar a vida comunitária após a extinção da Comunidade de Clarissas. Enquanto a maioria das comunidades religiosas femininas, ao nível nacional, perdeu vitalidade no decurso do séc. XIX, extin-

¹ Para a compreensão da história do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança cf., Soares, 2018. Hélio Soares é licenciado em História, mestre em Património, Museologia e Desenvolvimento pela Universidade dos Açores e Investigador do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR).

² Luís Silveira define a desamortização do séc. XIX “como o processo pelo qual o Estado, por meio de hasta pública, transfere para a posse de particulares bens que lhe pertenciam ou eram propriedade de outras entidades” (cf. Silveira, 2000: 60).

guindo-se por morte de última religiosa, a comunidade da Esperança manteve o dinamismo humano e económico. Estas particularidades são indissociáveis da manutenção do culto à Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres, pelo que representava e representa este culto ao nível social e identitário.

1. A fundação do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança

O primeiro Mosteiro de Clarissas na ilha de S. Miguel foi construído em Vale de Cabaços, nas imediações da Vila de Água de Pau (1523). Mas a localização e insegurança da época foram motivos de abandono desta primeira casa religiosa, como nos elucida Monte Alverne: *como estava junto ao mar e remoto dos moradores da vila [Água de Pau], temendo os franceses, corsários e bereges, requereram seus parentes que as mudassem dali*³. Assim a Comunidade foi dividida entre o Mosteiro de Santo André da Vila Franca (1531) e o Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança de Ponta Delgada (1541).

O Mosteiro foi edificado em terreno doado pelo casal Fernão de Quental e Margarida de Matos, por iniciativa do 5.º Capitão do Donatário da ilha, D. Rui Gonçalves da Câmara (1490-1535) e de D. Filipa Coutinho, sua esposa, conhecida por *Capitã Velha*⁴. O Capitão recolheu *as esmolas do povo ajuntar massame para se fazer um mosteiro para se recolherem estas pobres freiras que ficaram em Vale de Cabaços*⁵. O Capitão faleceu em 1535 sem ver iniciada a obra. O seu filho, D. Manuel da Câmara (1504-1578)⁶, não quis continuar a proteger as religiosas, que ainda viviam em Vale de Cabaços, mandando-lhes dizer se

3 Monte Alverne, 1994, II: 71. Frei Agostinho de Monte Alverne (1629-1726) nasceu e morreu na Vila da Ribeira Grande, ilha de São Miguel. Segundo Reis Leite *professou no convento [Nossa Senhora do Guadalupe] da Ribeira Grande, onde iniciou os seus estudos com os frades franciscanos, (...), sendo porém pregador de merecimento e gozando da fama de frade virtuoso, o que lhe valeu a escolha para comissário da Ordem Terceira da cidade de Ponta Delgada, em 1699 (...). Deixou como obra uma crónica da província franciscana dos Açores cujo título completo é um verdadeiro programa: Crónica da província de S. João Evangelista, das ilhas dos Açores, da Ordem de S. Francisco, em que se dá relação como foram descobertas as ilhas de S. Miguel e Santa Maria e da criação de suas vilas e cidades, com suas ermidas, freguesias, e pessoas de confissão, fundação de seus conventos, mosteiros e recolhimentos e do estado dos conventos e mosteiros, em tempo de comissão, custódio e província, das cousas da Misericórdia e suas rendas, e das cousas notáveis que tem acontecido e das pessoas que em virtude floresceram até ao ano de 1695.* (cf. Leite, [s.d.]).

4 Cf. Frutuoso, 2005, IV: 175. Sobre a biografia de Rui Gonçalves da Câmara.

5 Monte Alverne, 1994, II: 71.

6 Para a biografia de D. Manuel Câmara (cf. Rodrigues, 2001).

*quisessem se fossem casar, e mandou vender a madeira e o mais que para o mosteiro estava, como podemos verificar na sentença da demanda que o mesmo entrepôs contra o Mosteiro, posteriormente, para se tornar padroeiro*⁷. Foram os moradores de Ponta Delgada que se uniram para a continuação da edificação do Mosteiro. O patrocínio de D. Filipa Coutinho deve ter continuado a existir, porque foi ela, *quase como mãe*, na expressão de Monte Alverne, que assistiu as religiosas até à conclusão das obras de edificação⁸. Por esse motivo, a abadessa deu *sítio para junto do mosteiro edificar umas casas, com condição que por sua morte as deixaria ao mosteiro*⁹.

Em 23 de abril de 1541, domingo de Páscoa, as restantes freiras de Vale de Cabaços, *algumas sete, ou oito freiras*¹⁰, que, por serem pobres, não tiveram lugar em Santo André da Vila Franca, ingressam no primeiro Mosteiro da Vila de Ponta Delgada, com invocação de Nossa Senhora da Esperança, terceiro em fundação na ilha.

2. Alguns aspetos sobre as casas religiosas nos Açores no contexto liberal

Os Açores foram palco de acérrimos combates entre liberais e absolutistas¹¹. D. Pedro IV instala-se nas ilhas a partir de 22 de fevereiro de 1832, com a sua chegada a Ponta Delgada. Como regente nomeou o primeiro governo liberal, do qual fazia parte Mouzinho da Silveira, ficando responsável pela emissão de leis. Para este ministro, a lei era o instrumento de regulação da sociedade. Pelo Decreto n.º 25, de 17 de Maio de 1832, suprimiram-se as ordens religiosas nos Açores¹². Nesta data, nos Açores havia 23 conventos

7 Monte Alverne, 1994, II: 73 e 74.

8 *Idem*, 1994, II: 72.

9 *Ibidem*.

10 *Ibidem* e Chagas, 2007: 630.

11 Cf. Rodrigues e Fernandes, 2008: 436-471. Na perspetiva das relações da sociedade e o Estado em Portugal, no séc. XIX (cf. Clemente, 2012); numa ótica mais açoriana, isto é, entre Diocese de Angra e o liberalismo (cf. Costa, 2008: 59-68 e Enes, 1994 e 2008).

12 Cf. *Collecção de Decretos e Regulamentos ...*, 1836: 150-154.

de religiosos, 17 mosteiros de religiosas e 6 recolhimentos¹³, perfazendo ao todo 46 casas religiosas. A lei de 1832 mantivera, porém, a vigência de um convento franciscano masculino em cada uma das ilhas capitais de distrito, São Miguel, Terceira e Horta, extintos pela lei de Joaquim António de Aguiar, de 30 de maio de 1834¹⁴. Este decreto, de uma só vez, extinguiu todas as casas de quaisquer ordens regulares masculinas e nacionalizou os seus bens, à exceção dos objetos sagrados de culto. No ano anterior, pelo decreto de 5 de agosto de 1833, interditava-se a admissão de noviços e ordenava-se a expulsão dos existentes, decretava-se a proibição da emissão de votos, tocando nos fundamentos da preservação da vida religiosa¹⁵. Para as ordens femininas foi permitida a sua continuidade, mas proibindo-se a admissão de noviças. Era o início da lenta mas inexorável morte das clarissas.

No que respeita às casas femininas, 10 mosteiros femininos foram suprimidos juntamente com os masculinos¹⁶, em 1832, devido à fama da vida que neles se vivia, com *comportamento indisciplinado, irreverente e escandaloso, relaxação, freiratismo são algumas das causas, podendo-se resumir na falta de vocação religiosa da maioria e total ausência da vida comum*, segundo Maria Fernanda¹⁷. Manteve-se o Mosteiro de S. Gonçalo, em Angra; o Mosteiro da Glória, na Horta, e os Mosteiros de Santo André e o de Nossa Senhora da Esperança, ambos em Ponta Delgada. As religiosas dos demais mosteiros extintos, que assim desejassem, deveriam ingressar num destes mosteiros. Pela lei de 4 de abril de 1861, determinou-se a expropriação dos bens das ordens femininas, à exceção das casas onde habitassem, ressaltando-se que também estes mosteiros encerravam por morte da última religiosa, sendo o imóvel integrado na Fazenda Pública¹⁸.

¹³ Enes, 1999: 324.

¹⁴ Para o conhecimento da legislação produzida desde o séc. XVII à atualidade e que determinou a atuação sobre as Ordens e Congregações Religiosas (cf. LxConventos. Disponível em: <http://lxconventos.cm-lisboa.pt/legislacao/>).

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ Enes, 1999: 340.

¹⁸ Em 1826, a Coroa tinha procedido à avaliação do imóvel, por ordem régia, como se comprova pelo pagamento aos avaliadores dos ofícios de pedreiro e carpinteiro. Cf. BPARPD, Livro da despesa diária (1821-1828), fl. 75v. 01-1826.

3. A comunidade religiosa da Esperança na época romântica (1832-1895)

Em 1825, vésperas do liberalismo, a população monacal era de 44 religiosas, 30 fâmulas, ou seja as mulheres que estavam ao serviço das religiosas, e 2 subnumerarias¹⁹. No ano de 1832, o Mosteiro da Esperança acolheu algumas das religiosas provindas dos extintos mosteiros da ilha, como é o caso de *Maria Luiza do Coração de Jezus e Jacinta Candida do Coração de Jezus irmas e religiosas professoras do extinto Mosteiro de Nossa S.^{ra} da Conceição desta cid.^e de P.^{ta} Delgada*²⁰, que em junho já estão instaladas no Mosteiro²¹. Pelo caderno de obras, em abril de 1832, somos informados da necessidade de realização de obras de melhoramento para admissão das religiosas deslocadas: *por tres dias ao caiador Jacinto José por cair o Noviciado e algumas celas, que se prepararão p.^a as senhoras, que de novo entrarão, de S.^o André e S. João*²².

Nos anos subsequentes, a abadessa foi recebendo pedidos de admissão de religiosas egressas dos mosteiros extintos, como aconteceu, em 1853, com a *M.^e Anna Umbelina, religiosa professa do extinto Mosteiro de Jezus da Villa da Ribeira Grande*, fazendo-se acompanhar de uma fâmula²³. Outro aspeto que se constata são os diversos pedidos de saída das religiosas para *tomar ares*, por exemplo a madre Anna Ricarda, a 2 de julho de 1866, pede para sair do Mosteiro para *aliviar os seus padecimentos*²⁴. A comunidade religiosa em 1860, aquando do primeiro inventário realizado pela Fazenda Pública, detinha 26 religiosas, 36 fâmulas, 4 fâmulos e 5 empregados²⁵.

19 Arquivo do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (AMNSE), Livro do Granel (1771-1834), p. 183.

20 AMNSE, Carta da Abadessa do Mosteiro da Esperança a pedir autorização para admitir as religiosas Maria Luiza do Coração de Jezus e Jacinta Candida do Coração de Jezus (1832).

21 Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD), 3.º Caderno de obras do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (1828-1832), fl. 36.

22 *Idem*, fl. 34v. (cf. Supico, 1995, III: 983).

23 AMNSE, Carta da Abadessa do Mosteiro da Esperança a pedir autorização para admitir a M.^e Anna Umbelina (1853).

24 AMNSE, Requerimento para sair do mosteiro (02/07/1866).

25 Arquivo Nacional da Torre de Tombo (ANTT), Inventário do Convento de Nossa Senhora da Esperança (1860).

Por Decreto e Instruções de 31 de maio de 1862, do Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, regulou-se a execução da Lei de 4 de abril de 1861, na qual os mosteiros femininos de Portugal foram extintos, por óbito da última religiosa professa, sendo incorporados os seus bens nos Próprios da Fazenda Nacional²⁶.

Ao nível da sustentação, o Decreto de 17 de maio de 1832, art.º 5, previa a atribuição do subsídio de 800\$000 réis anuais, para sustentação das religiosas e manutenção do imóvel²⁷. Para o período entre 1834 a 1878 a documentação do Arquivo do Mosteiro é omissa quanto a este subsídio. Através da contabilidade do Mosteiro, a partir de 1878 confirma-se a atribuição de um subsídio anual do governo²⁸, sendo que, diversas despesas são cobertas pelas esmolas do Senhor Santo Cristo²⁹, o que comprova a importância financeira deste culto para a sustentação da comunidade.

O Mosteiro foi extinto em 29 de dezembro de 1894, por morte da última religiosa, a madre Maria Vicência da Conceição, conforme telegrama do delegado do tesouro, José Moniz Bettencourt³⁰. Em 30 de Dezembro de 1894, a Fazenda Pública tomou posse do Mosteiro, conforme consta no auto de posse:

26 Cf. Lx Conventos.

27 Cf. Collecção de Decretos e Regulamentos, 1836: 152.

28 AMNSE, Livros das contas da comunidade (1878-1889)

29 Cf. AMNSE, Livros das contas da comunidade (1878-1889) e Conta da receita e despesa da Capella [Santo Cristo] (1875 e 1876).

30 ANTT, Telegrama a informar do falecimento da última religiosa (29-12-1894). A madre Maria Vicência da Conceição era natural da ilha de Santa Maria, filha de Ignácio Joaquim Cabral e de Florinda Jacinta Teodora, naturais de Vila do Porto, vindo a residir em Ponta Delgada alguns anos após o casamento. Professou na ordem das Concecionistas do Mosteiro de Nossa Sr.ª da Conceição de Ponta Delgada. Por extinção deste, em 1832, ingressou no Mosteiro da Esperança com sua irmã madre Constantina Tomásia do Coração de Maria, mas este ingresso não foi imediato, vivendo alguns meses fora da vida religiosa. Em conjunto com sua irmã requereram ao Vigário Capitular o ingresso no Mosteiro da Esperança, sendo autorizadas por rescrito a 29 de janeiro de 1833. A madre Maria Vicência exerceu diversos cargos. Foi nomeada abadessa a 2 de maio de 1888 pelo bispo diocesano (cf. Nomeação para Abadessa a madre Maria Vicência da Conceição [02-05-1888]) e faleceu a 29 de dezembro de 1894, extinguindo-se o Mosteiro da Esperança da Ordem das Clarissas. (cf. AMNSE, Pedido de admissão da Madre Maria Vicência da Conceição e de Madre Constância Thomazia do Amor Divino, Religiosas do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Ponta Delgada (28-01-1833) e Moreira, 2000: 67 e 112-113).

Aos trinta dias do mez de Dezembro de mil oitocentos e noventa e quatro, pelas doze horas da manhã, nesta cidade de Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, Açores, se procedeu por parte da Fazenda Pública e para cumprimento do paragrapho primeiro do artigo cento onze do Regulamento Geral da Administração da Fazenda Publica de quatro de Janeiro de mil oitocentos e sessenta á posse publica e pacifica da igreja e convento de Nossa Senhora da Esperança da mesma cidade e ilha, realizada por virtude do fallecimento, no dia de hontem, da muito reverenda Abadessa a Excellentissima Senhora Dona Maria Vicencia da Conceição, ultima freira do mesmo convento³¹.

A população monacal era de vinte recolhidas, sendo dez fâmulas e dez educandas³². Conforme o disposto na legislação, o Mosteiro devia ser extinto e encerrado, contudo o delegado do tesouro do distrito, ao informar do óbito da religiosa, pede para que esta determinação não se execute: *faleceu hoje a ultima religiosa / convento esperança venerando-se alli a imagem do Senhor Santo Christo de profunda / devoção para açorianos rogo a V. Ex.^a para não se interromper / o culto se digne permitir continuação actuaes pupilas e continuação do subsidio³³*. Como podemos constatar o argumento é o culto ao Senhor Santo Cristo. Podemos especular se este pedido já teria sido feito anteriormente, sendo provável que sim. O pedido foi aceite, pois no ofício de 18 de Março de 1895, o delegado do Tesouro manifesta a sua satisfação:

a população do convento se julga feliz e perfeitamente reconhecida pelas deliberações tomadas pelo vosso illustre Ministro e por essa illustre Direcção Geral, e que os habitantes desta ilha se mostram também satisfeitos e gratos ante resolução tão consentânea com os seus sentimentos religiosos e devoção especial pela veneranda Imagem do Senhor Santo Christo de S. Miguel. Por mim próprio me considero agradecido por se ter tomado em consideração as minhas ultimas propostas sobre o assumpto sujeito³⁴.

31 AMNSE, Segundo inventário do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (24-01-1895), fl. 1 v.

32 Cf. ANTT, Relação do pessoal existente no Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança no dia 29 de Dezembro de 1894.

33 ANTT, Telegrama a informar do falecimento da última religiosa (29-12-1894).

34 ANTT, Ofício do delegado do tesouro do distrito de Ponta Delgada ao Conselheiro Director Geral dos Proprios Nacionaes (18-3-1895).

A administração do imóvel foi entregue a uma Comissão Administrativa assim composta: *Presidente, (...) Governador Civil do Districto, Doutor António Moreira da Camara Coutinho de Gusmão. Vogaes: o Excellentissimo e Reverendissimo Ouvidor Ecclesiastico do Concelho de Ponta Delgada, José Caetano Travassos de Lima; e o Delegado do Thesouro no Districto, Francisco Joaquim Monis de Bettencourt*³⁵.

A gestão corrente do Mosteiro foi entregue à Comissão Directora formada pelas recolhidas Maria Augusta, regente, Maria Guilhermina da Conceição e Dona Maria do Carmo Raposo, vogais, que prestaram juramento e se comprometeram com *a guarda e conservação de todos os objectos existentes de portaes a dentro do mesmo Convento*³⁶. Esta comissão tinha a missão da administração corrente do Mosteiro, conforme ata de instalação da Comissão Administrativa: *a administração das esmolas e oferendas com aplicação ao culto do Senhor Santo Christo, conservação da igreja convento, e sustentação própria da população existente no mosteiro (...) pelo esplendor do culto, guarda fiel e conservação acurada de todos os objetos existentes no convento*³⁷.

4. O património integrado no período romântico

O património existente no Mosteiro da Esperança, para o período romântico, somente se percebe na sequência da época Moderna. Não é algo compartimentado, está integrado numa espiritualidade e arquitetura anterior, sofrendo, por vezes, simplesmente campanhas de renovação artística. A Reforma da Igreja Católica, após o Concílio de Trento, acentuou em termos espirituais, a religião como opção de vida e a prática dos exercícios de penitência e piedade, justificando o estado monacal e a renúncia voluntária ao mundo secular, consubstanciada no cumprimento da *Regra*. Nesta época, a piedade cristã era marcada pelos mistérios da Paixão de Cristo, orientando as

35 ANTT, Acta da instalação da Comissão Administrativa do Convento de Nossa Senhora da Esperança (04-03-1895)

36 AMNSE, Segundo inventário do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (24-01-1895), fls. IV-2.

37 BPARPD, Livro das atas da comissão administrativa do Convento da Esperança, fl. 2.

devoções e privilegiando o ideário de piedade e ascetismo, a que se juntava a oração mental, a comunhão eucarística e a divulgação de práticas devocionais. As devoções particulares das religiosas existentes no interior dos Mosteiros possibilitavam uma espiritualidade mais intimista e afetiva. A Igreja Católica valorizou a vida monacal, conventual e o sacerdócio ministerial, enquanto opções de vida e meios para alcançar a santidade.

A Iconografia e a Imaginária, presentes nas igrejas monacais, testemunham as principais devoções da ordem religiosa correspondente. As suas imagens são cuidadas e queridas pelos fiéis, alcançando, algumas delas, fama de milagreiras e de conceder favores aos crentes devotos. O Mosteiro da Esperança, pela presença da Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres, foi e é lugar de reunião e de peregrinação das gentes micaelenses; os retábulos e oratórios existentes no coro alto estão perfeitamente integrados na espiritualidade da Ordem das Clarissas e nas dinâmicas sociais que as religiosas mantinham com a sociedade, porque são as religiosas que financiam ou procuram mecenas para as aquisições devocionais ou de renovação artística³⁸.

O processo de desamortização dos bens das ordens religiosas determinava que o património artístico, em observância das Instruções da Direcção Geral dos Próprios Nacionais, era enviado ao Museu Nacional da Academia de Belas Artes e Arqueologia de Lisboa, entre outros; os objetos de culto foram entregues a confrarias e paróquias; outros, vendidos em hasta pública. Os livros necessários à administração de Fazenda foram entregues ao Inspector dos Arquivos e Bibliotecas Públicas e a outras instituições.

4.1. A Igreja de Nossa Senhora da Esperança

Nos conventos ou mosteiros, a igreja conventual era o espaço mais importante, sendo inclusivamente acessível à sociedade civil em determinados momentos. As confrarias ou irmandades e os instituidores privados podiam administrar capelas laterais das igrejas conventuais. Nos conventos de clausura havia mesmo uma diferenciação entre a igreja de dentro e a igreja de fora, sendo esta última restrita à comunidade. Na igreja conventual o retábulo

³⁸ A leitura do artigo de Francisco Lameira e Vítor Serrão ajuda-nos a perceber, por analogia, com as devidas diferenças, sobre o processo de encomenda de retábulos para o séc. XVII, que respondia às necessidades espirituais de uma comunidade. Cf. Lameira e Vítor, 2002: 3-4.

da capela-mor desempenhava o papel cimeiro e, conseqüentemente, era o de maiores dimensões. No restante templo podia haver mais retábulos, tantos quantos as necessidades e as disponibilidades³⁹.

As igrejas dos mosteiros são o principal espaço do complexo monacal, local de mediação entre a terra e o céu. O lugar onde habita Deus na terra. Entrar na igreja é símbolo de realização espiritual pessoal e comunitária, na participação na Redenção de Cristo.

O templo assume uma dimensão pública, mas também de mediação entre a clausura e o exterior. Porque as igrejas dos mosteiros da Ordem das Clarissas, como de todas as ordens contemplativas, estão divididas em duas partes denominadas nave e coro ou igreja de dentro e igreja de fora. Estas designações provêm do facto de a chamada igreja de fora estar em contato com o exterior, dimensão pública, enquanto a de dentro está em contato com o interior do mosteiro, como continuação do espaço destinado à clausura. Por este motivo, surgem associados ao espaço da igreja, dispositivos de transição entre a igreja e o exterior do mosteiro, e de transição entre a igreja e o interior do mosteiro⁴⁰. A igreja da Esperança está de acordo com este critério, a igreja e o coro tinham uma leitura espacial independente, apesar de formarem um edifício comum.

Na capela-mor da igreja da Esperança encontramos o silhar de azulejos com cenas da vida da Virgem, lado do evangelho: 1. a Anunciação; 2. a Visitação; 3. o Nascimento de Jesus. Do lado da epístola: 4. a Fuga para o Egito; 5. os Esponsais da Virgem; 6. o Pentecostes; 7. a Ascensão da Virgem. Algumas das litanias da virgem encontram-se representadas por anjos que seguram o respetivo símbolo alusivo: rosa (rosa mística), estrela (estrela da manhã), igreja (mãe da Igreja), vaso (vaso honorífico atr.), coroa (rainha), arca (arca da aliança), torre (torre de marfim ou aliança) e porta (porta do céu). Este conjunto azulejar não se encontra datado nem assinado. Todavia Luís Ataíde informa-nos da encomenda, provavelmente em 1909, ao mestre conimbricense António Augusto Gonçalves, que foi o seu autor, fazendo a seguinte descrição:

39 Cf. Lameira e Serrão, 2002: 62.

40 Cf. Silva, 2008: 135 e ss.



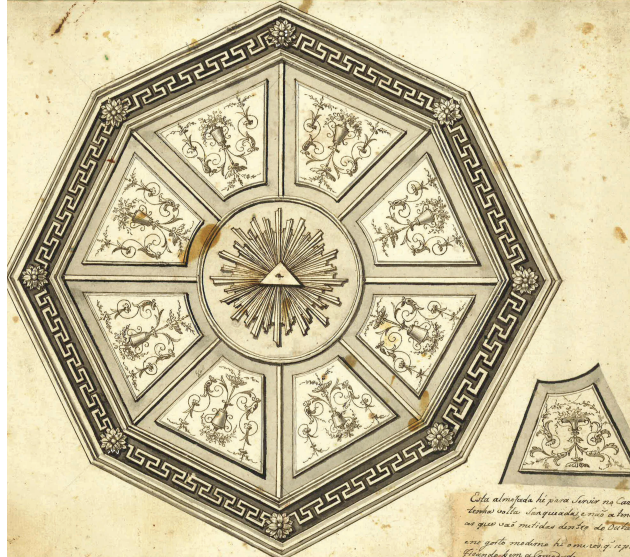
1 – Capela do Senhor Santo Cristo dos Milagres

Todos os quadros assentam em silbar e são separados por pilastras, de bases em mascarões, e volutas a susterem nichos com anjos e moldurados por conchas estilizadas que rematam, ao centro, em querubins e, lateralmente, com vasos floridos. (...) A cor única é o azul pouco vigoroso sobre branco, de melhor nuance nas figuras, e menos límpido nos molduramentos e mais acessórios. O desenho é desigual; correcto nas figuras dos painéis imprimindo-lhes movimentação, muito enfraquece, porém, nas restantes dos nichos dos plintos⁴¹.

41 Ataíde, 2011, IV: 15 – 16. António Augusto Gonçalves Neves (19-12-1848 – 4-11-1932) nasceu, viveu e morreu na cidade de Coimbra. Foi professor, arqueólogo, artista, crítico e historiador de arte. Era filho do pintor conimbricense António José Gonçalves Neves. Foi fundador da Escola Livre das Artes do Desenho da cidade, em 1878, que funcionou sob a sua direcção. Posteriormente, promoveu a criação de uma fábrica de cerâmica popular, no bairro de Santa Clara. Por sua iniciativa, foi criado em Coimbra, em 1890, um Museu de Arte Industrial. Promoveu o restauro da Sé Velha, cujas obras foram iniciadas em 1893. Reorganizou, a partir de 1894, o Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra, que em 1911 deu lugar ao Museu Machado de Castro, sendo o seu primeiro director (1913-1928), promovendo a sua ampliação e reorganização (cf. AA.VV. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, [s.d.]: 551-553). Sobre a sua produção bibliográfica (cf. Madahil, 1947). Era um defensor acérrimo do progresso social através do trabalho e da necessidade das artes na formação integral do cidadão comum. (Pereira, 2012: 20-29).



2 – Teto da capela do Senhor Santo Cristo



3 – Projeto de pintura para o teto da capela do Senhor Santo Cristo

A documentação administrativa do Mosteiro é omissa para este período, como também refere Luís Ataíde, e a nossa investigação não encontrou qualquer referência arquivística a esta encomenda em outros arquivos. O autor que vimos citando é contemporâneo desta encomenda, o que nos faz crer no conhecimento da atribuição e datação até que nova informação surja.

4.2. O teto da capela do Senhor Santo Cristo ao *estilo moderno*

O coro baixo e a capela do Senhor Santo Cristo dos Milagres são dois espaços concebidos para funções distintas, porém na atualidade são vistos como um único espaço de culto à Imagem do *Ecce Homo*, onde se cruzam a memória e a identidade religiosa dos açorianos. O nosso estudo versa sobre o teto da capela, dado que possui um conjunto decorativo inserido em painéis trapezoidais (sendo dois de dimensões superiores), formando uma composição octogonal, pintado sobre estuque, utilizando a técnica de pintura a têmpera. Ao centro, sobre um resplendor radiante, é representado um triângulo com o olho da providência, que representa a Santíssima Trindade e a onisciência / omnipresença de Deus. Cada painel é decorado com albarradas (vasos floridos) com elementos fitomórficos e diversos elementos florais e vegetalistas. A extremidade possui lambrim com grinaldas de flores. Os diversos painéis são

separados por frisos de talha dourada, sendo o friso de acabamento exterior decorado com talha rendilhada, igualmente dourada.

No arquivo do Mosteiro há um desenho, sem assinatura e não datado, ao gosto Neoclássico, mas provavelmente executado no séc. XIX⁴². O autor do desenho classifica o estilo como sendo *no gosto moderno*⁴³. Em nossa opinião, este desenho foi o projeto inspirador para a execução do atual teto, com algumas alterações realizadas pelo pintor aquando da execução. Identificamos algumas das alterações: os oito painéis formavam um octógono perfeito; o emolduramento exterior formava um friso geométrico inspirado em elementos decorativos da arte grega; a posição do vaso era inversa, bem como o estilo fitomórfico utilizado, etc.

No dealbar do séc. XX, o Mosteiro sofreu diversas obras de conservação, como se atesta pela documentação existente, promovidas pela regente Maria Augusta Pereira Machado, de acordo com as funções que lhe foram atribuídas, aquando da extinção da comunidade de Clarissas⁴⁴, mas com a concordância e orientação do Ouvidor de Ponta Delgada à época, Pe. José Augusto da Silva. A capela que alberga a Imagem do Senhor Santo Cristo integrou esta campanha de obras. De 1900 a 1903 são realizadas obras na Capela, sendo a Imagem do Senhor Santo Cristo mudada para o coro alto e colocada sobre o altar de Nossa Senhora de Belém. A intervenção ficou registada na inscrição do camarim existente no tardo da capela: *sendo regente D. Maria Augusta Pereira Machado, foi renovada a pintura d'esta capella em 1900 e de todo foi renovada em 1902*. O único documento que refere de modo explícito estas obras é o memorando de reabertura da capela, o qual resume a intervenção nas seguintes palavras: *tendo-se procedido a renovação da pintura do retábulo e tecto da capella do Senhor Santo Christo dos Milagres (...) que terminou no dia três do mez de Março do anno acima referido[1900]*⁴⁵. A reabertura da capela contou com a presença do venerando bispo de Angra, Dom Francisco José Ribeiro de Vieira de Brito.

42 AMNSE, Desenho para o teto da capela do Senhor Santo Cristo dos Milagres (XIX).

43 Ibidem.

44 Cf. BPARPD, Livro das atas da comissão administrativa do Convento da Esperança, fl. 2.

45 AMNE, Relatório de obras da Capelas do Senhor Santo Cristo (1900).

Outro aspeto importante neste processo são os fornecedores e os respetivos materiais utilizados. Pela análise das faturas é possível percebermos que eram comerciantes da cidade de Ponta Delgada e os respetivos materiais utilizados nas diversas intervenções. Tendo em conta o descritivo supra, para a pintura e douramento da capela do Senhor Santo Cristo, o fornecedor do ouro e tintas foi a loja comercial *Candido Fortunato de Salles*, localizada na Rua dos Mercadores⁴⁶.

4.3. O coro alto, um espaço devocional

A arquitetura dos mosteiros da Ordem das Clarissas colocou a porta principal da igreja na parede lateral, permitindo a existência do coro baixo e coro alto, opostos ao altar-mor, onde as religiosas participavam nas celebrações religiosas, separadas dos restantes fiéis por grades. A estes espaços a comunidade clausurada designava igreja de dentro. A separação canónica entre as religiosas e a comunidade dos fiéis e, com ela, o sacerdote celebrante, nem sempre se refletiu igualmente em termos arquitetónicos.

Nos mosteiros da Ordem das Clarissas, o coro é um espaço de grande significado em todo o mosteiro, pois é nele que as religiosas passam muitas horas do dia em oração, tornando-se um local muito especial. Encontra-se separado da igreja por uma parede, onde é colocada uma grade de comunicação. A sua configuração é quase sempre retangular e raramente excede a igreja em tamanho. O aparecimento do coro alto, que remonta à época moderna, terá estado na origem da eleição do acesso lateral do templo⁴⁷, facilitando o recato da comunidade religiosa em relação ao corpo da igreja⁴⁸. Antes do Concílio de Trento as igrejas somente possuíam um coro. As *Constituições Geraes* de 1693 determinaram a existência do coro alto⁴⁹.

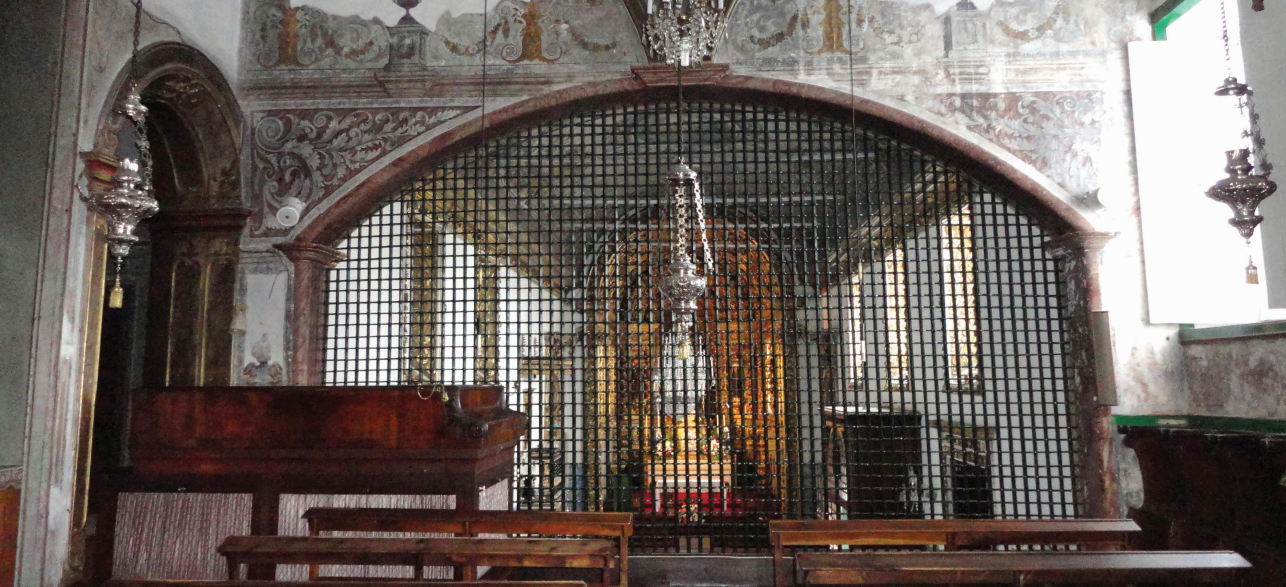
Na vida comunitária era obrigatória a presença de todas as religiosas no coro, nomeadamente durante a récita do ofício divino, as quais eram convocadas pelo sino. Aqui se realizavam dia após dia as horas canónicas e a participação

46 AMNSE, Fatura de Candido Fortunato de Salles (05/03/1900).

47 Jaquinet, 2015: 237.

48 Fernandes, 1995: 143.

49 *Constituições Geraes*, 1693: 78.



nas celebrações litúrgicas que ocorriam na igreja de Nossa Sr.^a da Esperança. Podemos dizer que no coro alto se cruzam diferentes devoções comunitárias e individuais: a eucarística, a principal, que ocorre no altar-mor da igreja de Nossa Sr.^a da Esperança, as diferentes devoções domésticas presentes em retábulos, oratórios, capela do Senhor dos Passos e na grande devoção à Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres, visível através de uma pequena janela oval, com portada, para a respetiva capela. Para o período em estudo, escolhi três oratórios presentes neste espaço que foram sujeitos a uma campanha decorativa ocorrida em 1854 e 1855. As respetivas imagens de invocação dos oratórios são de um período anterior, estilisticamente identificadas com o barroco.

4.3.1. O arco do coro alto

Sobre a grade de ferro do arco do coro-alto abre-se um nicho, com porta de vidro, que tem no interior uma imagem de Cristo crucificado (escultura policromada sobre suporte de madeira). É encimado por uma sanefa de perfil ondulante com borlas pendentes em talha dourada. O fundo é pintado com querubins que se destacam de entre um fundo de nuvens que envolve o Cristo.

Ainda no interior do nicho, diversas jarras cerâmicas encerram flores de papel. Este nicho possui um emolduramento duplo em talha dourada, com decoração marmoreada de fingimento, separados por frisos côncavos dourados.



4 – Arco do coro alto
5 – Nicho de Cristo crucificado

Em conformidade com as informações prestadas pela empresa de conservação e restauro *Nova Conservação SA*, podem-se identificar, pelo menos, duas campanhas decorativas, nomeadamente ao nível do arco e porta e elementos entalhados no seu interior⁵⁰. Na parte inferior, existe a inscrição da data *3 D' DEZ. bro DE 1854*, podendo ser relativa à segunda campanha decorativa, devendo a primeira ser anterior a esta data, talvez 2.^a metade do século XVIII. A decoração aplicada às tábuas de fundo deste oratório poderá ter ocorrido já no século XX, apesar de não ter sido verificada nenhuma intervenção subjacente. É de salientar que a pintura interior apresenta características formais e técnicas em tudo idênticas à aplicada nas tábuas de fundo do oratório de N. Sr.^a do Guadalupe.

4.3.2. O Oratório de Nossa Senhora da Paz

No lado sul do coro encontra-se o Oratório de N. Sr.^a da Paz, constituído por uma maquete envidraçada, que resguarda a escultura dourada e policromada, em madeira, do período Barroco (provavelmente de meados do séc. XVIII), que representa N. Sr.^a com o Menino.

O oratório é formado por três faces envidraçadas, separadas entre si com colunas de fuste torneadas e douradas com acabamento em pináculos de

⁵⁰ Nova Conservação, 2019: 9. A intervenção de conservação e restauro está a decorrer à data da redação deste artigo. Com a elaboração do relatório final, provavelmente, surgirão novas conclusões.



6 – Oratório de Nossa Senhora da Paz

lágrima invertida. A cúpula do oratório é decorada com elementos florais dourados sobre fundo azul e os emolduramentos possuem decoração marmoreada de fingimento. O interior do oratório possui pintura decorativa, onde um conjunto de querubins emerge de entre as nuvens. Assenta sobre uma base de forma triangular invertida, possuindo uma cartela central que insere a data de execução: *10 D'JANEIRO 1855*. A data inscrita na peanha parece corresponder à data da execução da última intervenção executada⁵¹. Os técnicos de conservação e restauro detetaram, sob a atual decoração, outras campanhas decorativas também com pintura de imitação de marmoreado, embora recorrendo a outras técnicas, materiais e tonalidades. No que respeita à decoração, aplicada nas tábuas de fundo deste oratório, a mesma poderá ser resultante de uma intervenção do século XX, como acontece no oratório anterior⁵².

4.3.3. Oratório de Nossa Senhora de Guadalupe

O oratório é constituído por uma maquetina com três faces envidraçadas, possuindo no seu interior uma escultura barroca, com policromia sobre madeira, representando a Virgem de Guadalupe com o Menino. A maquetina possui as três faces envidraçadas, com emolduramentos dourados e arco de volta perfeita na parte superior. É ornamentada, no frontão, com elementos fitomórficos e folhagens em talha dourada, recortada sobre cornija. Insere-se numa estrutura retabular, com arco de volta perfeita, que une a um entablamento interrompido. Possui pilastras emolduradas por frisos dourados com extremidades

⁵¹ Nova Conservação, 2019: 7.

⁵² Nova Conservação, 2019: 7.



7 – Oratório de Nossa Senhora de Guadalupe

semicirculares. É encimado por baldaquino de perfil curvilíneo, com sanefa entalhada e encimada por elementos de talha dourada representando folhagens e elementos florais estilizados. Toda a decoração é marmoreada de fingimento. O interior do oratório possui uma pintura decorativa com elementos florais, que envolvem a imagem de Nossa Senhora. O oratório assenta sobre uma base de forma triangular invertida.

Tendo em conta a sua estrutura retabular e as semelhanças com o oratório de S. Francisco de Paula, de 1809, e considerando a existência de outra campanha decorativa subjacente à atual na mesa de altar, também marmoreada e com características distintas⁵³, podemos pressupor que a execução do oratório é de início do séc. XIX. No que respeita à data inscrita na cartela, com a indicação da execução a *8 D'AGOSTO 1855*, podemos pressupor que a mesma se insere numa segunda campanha decorativa.

Conclusão

O 2.º Colóquio do grupo “Saudade Perpétua” foi uma oportunidade de conhecimento e reflexão sobre o património romântico nos Açores e no continente português, na sua diversidade e características específicas. Na minha comunicação procurei, sobretudo, divulgar o património do Mosteiro da Esperança. Não foi minha pretensão fazer história da arte ou realizar uma análise exaustiva ao património integrado apresentado.

Algumas considerações finais são pertinentes. No quadro político do país de oitocentos, o liberalismo tomou posse dos bens das congregações religiosas femininas; logo, a sua autonomia financeira foi colocada em causa. O regime determinou a atribuição de subsídios às casas religiosas até à sua extinção. Perante esta realidade e verificando-se que em 1860 o Mosteiro da Esperança tinha uma população residente de, aproximadamente, setenta pessoas, era necessário um orçamento significativo para a despesa corrente. Considerando estes fatos, é lícito questionar quem promoveu e custeou estas intervenções, bem como quem as executou e o porquê de uma renovação estética. Até ao momento não foi possível localizar a documentação

⁵³ Nova Conservação, 2019: 2.

administrativa para esta época que, eventualmente, contribua para uma melhor clarificação. A iniciativa e empenho das zeladoras de cada capela ou oratório era imprescindível. A ação destas religiosas pautava-se pela devoção pessoal, que motivava eventuais campanhas de melhoramento artístico de cada conjunto. O financiamento poderia ser resultado duma angariação pessoal junto de familiares e amigos, bem como de uma iniciativa da comunidade, embora esta possibilidade seja menos comum em períodos mais recuados; todavia, para a campanha decorativa de meados de oitocentos, poderá ser uma justificação para as semelhanças estilísticas adotadas.

As intervenções realizadas no coro alto têm uma proximidade cronológica e uma clara semelhança na sua execução artística, o que nos faz concluir que são o resultado de uma campanha de renovação estética executada pelo mesmo artista. Extrapolando, para fora dos muros monacais, também será interessante realizar analogias com as artes decorativas existentes em algumas casas da elite micaelense de oitocentos.

Outra questão que nos apraz salientar é a gradual transformação do Mosteiro em recolhimento feminino por processo iniciado antes da extinção do mesmo, com a admissão de educandas e fâmulas. Como foi exposto, aquando da extinção da Ordem das Clarissas residiam vinte senhoras nesta casa religiosa. Os diversos intervenientes no processo de extinção não foram indiferentes à necessidade de proteção das residentes; contudo, o motivo principal para a transformação definitiva do Mosteiro em recolhimento, de que encontramos explicação na documentação trocada entre Lisboa e Ponta Delgada, aquando da extinção, foi a manutenção do culto ao Senhor Santo Cristo dos Milagres.

Portanto, depreendemos que a vitalidade do Mosteiro da Esperança e o seu carácter excecional no panorama nacional se deve, simplesmente, ao culto da Imagem do Senhor Santo Cristo. Um culto que envolvia todos os estratos sociais e era gerador de avultadas ofertas monetárias e em géneros.

Arquivo Nacional da Torre de Tombo – ANTT

Fundo do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, cx. 2078:

Pessoal do Convento (18-06-1860)

Primeiro inventário do mobiliário e imobiliário (16-06-1860)

Pessoal existente no Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (30-12-1893)

Ofício a informar do falecimento da penúltima freira do Convento da Esperança (15-03-1894)

Telegrama ao Delegado do Tesouro de Ponta Delgada a exigir providências policiais para evitar o descaminho dos bens dos Mosteiros de Santo André e Esperança (04-04-1894)

Telegrama do Delegado da Fazenda Pública à Direcção Geral dos Proprios Nacionaes a informar que a última religiosa do Convento da Esperança está a morrer (04-04-1894)

Telegrama a informar do falecimento da última religiosa (29-12-1894)

Segundo inventário do mobiliário e imobiliário (24-01-1895)

Ofício com auto de posse do Mosteiro da Esperança e juramentos (26-01-1895)

Nota comparativa entre os dois inventários a que se procedeu no extinto Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (23-02-1895)

Telegrama a informar do falecimento da última religiosa (29-12-1894)

Ofício do Delegado do Tesouro do distrito de Ponta Delgada ao Conselheiro Director Geral dos Proprios Nacionaes (18-3-1895)

Acta da instalação da Comissão Administrativa do Convento de Nossa Senhora da Esperança (04-03-1895)

Arquivo do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança – AMNSE

Livro das Esmolas da Capela do Senhor Santo Cristo (1750 atr. -1890)

Segundo inventário do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (24-01-1895)

Livros das contas da comunidade (1878-1889)

Segundo inventário do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (24-01-1895)

Conta da receita e despesa da Capella [Santo Cristo] (1875 e 1876)

Conta da receita e despesa da Capella [Senhor Santo Cristo] de julho de 1875 (22-08-1876)

Memorando das obras na Capela do Senhor Santo Cristo e respetiva transladação da Imagem do Senhor Santo Cristo (03-03-1900)

Conta da Receita e Despesa do Senhor Santo Christo e Comunidade (1903)

Factura de *Francisco M. do Rego Costa* – Armazém de quinquilharia, ferragens, ferro, tintas, chapéus, líquidos e outras mercadorias (18-11-1902)

Projeto para o teto da capela do Senhor Santo Cristo dos Milagres, [s.d]

Recibo de pagamento a João de Medeiros Moura e João Raposo, por trabalho feito no altar do Senhor Santo Cristo (03-01-1903)

Recibo de pagamento a João de Medeiros Moura e João Raposo, por trabalho feito no altar do Senhor Santo Cristo (10-01-1903)

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada – BPARPD

Livro das atas da comissão administrativa do Convento da Esperança

Livro da despesa diária (1821-1828)

Livro de atas das reuniões da Comissão Administrativa do Convento de Nossa Senhora da Esperança de Ponta Delgada (1895-1903)

Fontes legislativas

Collecção de Decretos e Regulamentos..., 1836: 150-154. Disponível em: <http://net.fd.ul.pt/legis/1832.htm#>.

LXCONVENTOS. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2013/2015. Disponível em: <http://lxconventos.cm-lisboa.pt/legislacao/> (consultado em: 10-12-2017).

Fontes Impressas

Monte Alverne, Fr. Agostinho de, *Crónicas da Província de São João Evangelista*. 2.^a Edição. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. I e II, 1994.

Chagas, Frei Diogo, *Espelho cristalino em jardim de várias flores*. Ponta Delgada, Direção Regional dos Assuntos Culturais / Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, 2007.

Clemente, José (Presbítero do Oratório de S. Filipe Nery). *Vida da Venerável Madre Teresa da Anunciada Escrita e Dedicada ao Senhor Santo Cristo com Invocação do Ecce Homo*. Anotações de Hugo Moreira. 21.^a Edição. Ponta Delgada, Empresa Gráfica Açoriana, Ponta Delgada, 2015.

Frutuoso, Gaspar, *Saudades da Terra*. Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. IV, 2011.

Ordem de São Francisco, *Constituições geraes pera todas as Freiras e Religiosas sogeitas à obediência da Ordem de N. P. S. Francisco nesta Família Cismontana*. Lisboa, officina de Miguel Deslandes, 1693. Disponível em: <http://purl.pt/24049> (consultado em: 20-01-2017).

Relatórios técnicos

Nova Conservação S.A, *Breve descrição das campanhas decorativas detectadas nos oratórios e retábulos do Coro Alto*, março de 2019.

Bibliografia

AA.VV., Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. VI, [s.d.], p. 551-553.

Afonso, Carlos Falcão. *Ponta Delgada: Vandalismo ou Desenvolvimento*. Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2007.

Ataíde, Luís Bernardo Leite de, “Novos subsídios para a Etnografia e para a História da Arte Portuguesas – II – Azulejos do Convento da Esperança de Ponta Delgada”. In *Revista Michaelense*. Ponta Delgada, Oficina de Artes Gráficas, ano II, 1919, p. 168-173.

Ataíde, Luís Bernardo Leite de, *Etnografia, arte e vida antiga dos Açores*. 2.^a Edição. [s.l.], Governo dos Açores: Direção Regional da Cultura, vol. I e IV, 2011.

Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain, *Diccionario de los símbolos*. 1.^a Edição, 9.^a Impressão. Barcelona, Editorial Herder, 2012.

Jacquinet, Maria Luísa, “Corpos de Clausura. Reflexões sobre a Arquitectura Monástica feminina na época moderna”. In LOPES, Maria da Conceição, direc., *DIGITAR - Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, n.º 2, 2015, p. 229-237. Disponível em: <http://impactum-journals.uc.pt/index.php/digitar/issue/view/137/showToc> (consultado em: 02-12-2016).

Lameira, Francisco e Serrão, Vítor, “O retábulo protobarroco em Portugal (1619-1668)”. Universidade dos Algarve, 2002, p. 55-88. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.1/7025> (consultado em 26/03/2019).

Pereira, Paulo, *Arte Portuguesa: História Essencial*. Lisboa, Círculo de Leitores: Coleção Temas e Debates, 2012.

Idem, *Decifrar a arte em Portugal: oitocentos*. Lisboa, Círculo de Leitores, vol. V, 2014.

Clemente, Manuel, *Igreja e sociedade portuguesa – do liberalismo à república*. Lisboa, Assírio & Alvim, 2012.

Costa, Susana Goulart, “A diocese de Angra e a implantação do Liberalismo”. In Bruno, Jorge A. Paulus e Cota, Pedro Juliano, coord., *Actas do Colóquio “O Liberalismo nos Açores”*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, p. 59-68.

Enes, Maria Fernanda, *A Reforma Tridentina e a religião vivida nos Açores, 1580-1750*. Ponta Delgada, Signo, 1991.

Idem, *O Liberalismo nos Açores: religião e política (1800-1832)*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1994.

Idem, “A invocação e o culto do Senhor Santo Cristo em Ponta Delgada – São Miguel”. In Marques, Cátia Teles e, coord., *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, vol. 27, 2010, p. 211-226. Disponível em: <http://cultura.revues.org/347> (consultado a 30-09-2016).

Cambotas, Manuela Cernadas, Meireles, Fernanda e Pinto, Ana Lúcia, *Arte Portuguesa*. Porto, Porto Editora, 2010.

Silva, Lígia Paula Simões Esteves Nunes Pereira, *Arquitectura Monástica de Clarissas em Portugal*. Dissertação de Doutoramento. Recurso eletrónico. Coruña, Universidade da Coruña, 2008. Disponível em: BPARPD (consultado em: 02-08-2017).

Silveira, Luís Nuno Espinha, “Desamortização II. Século XIX”. In Azevedo, Carlos Moreira, coord., *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa de Portugal, 2000, vol. II, p. 60-62.

Anexo documental

AMNSE, Relatório de obras na Capela do Senhor Santo Cristo (1900)

Ad constandum in omnitempore

Neste anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos, tendo-se procedido a renovação da pintura do retábulo e tecto da capella do Senhor Santo Christo dos Milagres do Convento de Nossa Senhora da esperança desta Cidade de Ponta delgada, foi transferida a veneranda Imagem para o Coro de cima e ali, colocada sobre o altar de Nossa Senhora de Belem, onde esteve enquanto duraram os trabalhos da dita pintura, que terminou no dia três do mez de Março do anno acima referido, sendo ella, de tarde transladada então para logar que lhe é próprio na aludida Capella. No dia seguinte, primeiro domingo da quaresma, sendo Regente do Convento a Ex.^{ma} Snr.^a Maria Augusta Pereira Machado, Capellão - parochu quem este escreve, e segundo Capellão o M.^{to} revd.^o Beneficiado da Matriz desta Cidade José Ullisses de Normandia, para mais solenizar esta transladação, com licença do Ex.^{mo} e Revd.^{mo} Snr. Bispo desta Diocese d'Angra, Dom Francisco José Robeiro de Vieira de Brito, pelo M.^{to} Rvd.^o Ouvidor deste Districto ecclesiastico, José Augusto da Silva, com assistência dos dois referidos Rvd.^{os} Capellaes e de todo o pessoal exclusivo deste Convento, foi celebado o Santo Sacrificio da Missa sobre o altar da acima mencionada Capella do Senhor Santo Christo dos Milagres, sendo por esta ocasião, dentro da mesma Missa, feita pelo M.^{to} Rvd.^o Celebrante uma pratica sobre o Evangelho do dia.

Para que conste em todo o tempo, eu Padre Manoel Augusto Machado, Capellão - Parochu deste Convento de Nossa Senhora da Esperança, fiz este memorial que vai assignado pelo M.^{to} Rvd.^o Ouvidor, Beneficiado, segundo Capellão, Ex.^{ma} Regente e mais Senhoras que o quizerem subscrever com o seu nome.

P.^o José Augusto da Silva
P.^o José Ullisses
P.^o Manoel Augusto Machado
A Regente Maria Augusta Pereira Machado
Catharina Julia do Carmo
Maria Machado
Emilia Quental
Maria Guilhermina da Conceição
Jacintha Candida Meirelles
Maria José Felix Machado
Maria Thereza da Silveira
Maria Amelia Netto (?)
Maria das Dores Sousa Araujo
Maria Angelica de Medeiros
Carolina Henriqueta de Medeiros



Teclado e abreviador. Manuel de Sousa, 1891.
Igreja de S. Pedro – Vila Franca do Campo.
(Fotografia de Isabel Albergaria Sousa)